

Educação escolar indígena em Roraima: formação docente e escolas específicas e diferenciadas

Adona Leite, Sâmmya Faria; Fernandes de Oliveira, Marcia Maria; Wunsch, Luana Priscila
Educação escolar indígena em Roraima: formação docente e escolas específicas e diferenciadas
Linhas Críticas, vol. 27, e39863, 2021
Universidade de Brasília, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193567258100>

DOI: <https://doi.org/10.26512/lc27202139863>



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional.

Educação escolar indígena em Roraima: formação docente e escolas específicas e diferenciadas

Educación escolar indígena en Roraima: formación docente y escuelas específicas y diferenciadas

Indigenous school education in Roraima: teacher training and specific and differentiated schools

Sâmmya Faria Adona Leite

Centro Universitário Internacional Uninter, Brasil

sammya.adona@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-3417-5859>

DOI: <https://doi.org/10.26512/lc27202139863>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193567258100>

Marcia Maria Fernandes de Oliveira

Centro Universitário Internacional Uninter, Brasil

marcia.o@uninter.com

 <https://orcid.org/0000-0001-9755-0612>

Luana Priscila Wunsch

Centro Universitário Internacional Uninter, Brasil

luana.w@uninter.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9105-9520>

Recepción: 17 Septiembre 2021

Aprobación: 23 Septiembre 2021

Publicación: 01 Octubre 2021

INTRODUÇÃO

Pierlangela Nascimento da Cunha, indígena, Wapixana, da Comunidade da Barata localizada no município de Alto Alegre no Estado de Roraima (RR). Professora desde 1996, possui Licenciatura Intercultural com habilitação em Ciências Sociais pelo Instituto *Insikiran* de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Iniciou como professora na alfabetização e trabalhou em todos os níveis e modalidades de ensino na educação básica, inclusive na EJA. Foi gestora de escola, coordenadora pedagógica e militante do movimento indígena. Também foi coordenadora da Organização dos Professores Indígenas de Roraima, além de representante das Organizações Indígenas de vários comitês em Brasília, no Conselho Nacional de Políticas Indigenista (CNPI)^[1] durante 10 anos e no Ministério da Educação (MEC), também participou de várias comissões discutindo políticas públicas e outros temas para a educação escolar indígena em nível nacional. Dessa forma, contribuiu com muitos documentos que hoje são amparos legais da educação escolar indígena no Brasil.

A professora também ajudou a construir o Instituto *Insikiran* da UFRR e auxiliou em várias Universidades Federais para a implantação da Licenciatura Intercultural no país. Participou da organização da primeira Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena e da primeira Conferência Nacional dos Povos Indígenas. Tem vasta experiência em educação escolar indígena no ensino base e superior. Além de sua atuação nas questões de políticas públicas para a educação superior indígena, na formação de professores indígenas e no fortalecimento da identidade dentro das Comunidades, sendo considerada defensora e

militante dos direitos dos povos indígenas. Atualmente é diretora do *Campus* Amajari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), tornando-se a primeira diretora indígena a assumir o cargo na referida Instituição.

Nesta entrevista semi-estruturada foram suprimidas certas expressões de vícios de linguagem que poderiam dificultar o leitor no entendimento do conteúdo. Segue transcrição:

Entrevistadora (E): O que é educação escolar indígena para você? ^[2]

Pierlangela Nascimento da Cunha (PNC): *Educação escolar indígena ela é específica e diferenciada. Específica porque ela é voltada para os povos indígenas e diferenciada porque, por ela ser diferenciada, ela tem aspectos que envolvem aspectos culturais, envolvem aspectos, os elementos que nós temos, a cultura de cada povo. Então ela é diferenciada nesse sentido. Como grande defensora e como pessoa que ajudou a construir esse conceito que a gente ouvia das nossas lideranças [...] O que nós queremos, qual é essa educação? Que educação escolar indígena nós queremos? [...] Então [...] quando a gente fala em específica e diferenciada ela abrange toda essa especificidade que a gente necessita dentro de uma escola que está localizada, que está voltada aos povos indígenas. Pode ser dentro de terras indígenas ou não. Nossa realidade aqui em Roraima nós temos esse privilégio de ter nossas escolas dentro das terras indígenas, mas quando a gente fala em nível do Brasil a gente sabe que tem povos que ainda não tem suas terras demarcadas e vivem em áreas urbanas, mas mesmo assim eles têm direito à essa educação escolar específica e diferenciada, a gente lutou sempre por isso. Então [...] essa educação escolar específica e diferenciada, ela remete a isso, a ser uma educação que trabalhe o fortalecimento da identidade, e isso em alguns aspectos, alguns elementos culturais, mas ao mesmo tempo também ela possa possibilitar o acesso as ciências ocidentais. Então no nosso caso do Brasil. Por quê? [...] Porque não é uma escola que ela vai diminuir o conteúdo ou conhecimento. A educação escolar indígena, ela amplia, porque ela traz o conhecimento científico ocidental, mas ela é complementada pelo conhecimento de um povo, pelos saberes de um povo, pela epistemologia de um povo, então tem todo um arcabouço de conhecimentos que os povos indígenas têm, e que a gente busca levar para a educação escolar indígena. Então [...] a escola ela não é mais vista só como um instrumento. O aluno pode ser, seguir a carreira acadêmica, mas ele pode também voltar para sua comunidade, ele pode fazer o trabalho na sua comunidade seguindo a sua profissão dentro da comunidade. Então, para mim, a educação escolar indígena é isso, ela é ampla. Ela não é só você ser o profissional para o mundo do trabalho, mas ela é você ser uma pessoa que você consegue entender, fora entender o teu povo, e ela parte a partir do conhecimento do teu povo. Primeiro a gente tem que conhecer o nosso povo, saber quem eu sou, a minha ligação, a minha história, os meus antepassados, a minha cosmologia, a epistemologia do meu povo, para depois eu conhecer todo o outro. Então [...], tanto os conhecimentos científicos quanto os conhecimentos empíricos são considerados dentro dessa educação escolar indígena. Então é sempre isso [...] que a gente colocou. A educação escolar indígena como uma junção de conhecimento mesmo e principalmente partindo da valorização do conhecimento de cada povo. E isso é bem específico de cada povo. Por que que a gente fala de cada povo? Porque quando eu falo de cada povo, porque cada povo [...] se você for pegar Yanomami, você tem Yanomami generalizado, né?! Yanomami é o nome que deram para um monte de povos numa mesma região e a gente sabe que lá as línguas são diferentes, os conhecimentos são diferentes. Você tem os Sanôma, os Yanomama, então você tem diversos povos ali dentro. A escola para aquele povo é de uma forma, a escola para o Macuxi da Serra ^[3] é outra, a escola para o Macuxi do Lavrado é outra. Se eu pego Ye'kwana a escola para eles, eles utilizam de outra forma. Então [...], por isso que a especificidade é importante respeitar. Porque a educação escolar indígena ela é um processo de cada povo. Então, o que cada povo vai querer com aquela escola, se ela vai valorizar mais o conhecimento científico com o ocidental, porque eles têm uma necessidade ali. Então, por exemplo hoje, nós temos escolas que todos os alunos falam língua. O que que eles querem? Aprender a escrever a língua, mas [...] eles também dão prioridade para aprender a língua portuguesa. Ah [...] isso deixou*

de ser uma educação escolar indígena? Não. Ela só está sendo, alguns conhecimentos estão sendo mais necessários do que outros, e isso vai variando conforme o tempo.

(E): Você citou sobre a educação escolar indígena, específica e diferenciada. Como se dá o processo da educação inclusiva indígena na Instituição de Ensino e na sociedade?

(PNC): *Aqui no IFRR [...] nós estamos engatinhando ainda em relação a isso. O processo que nós passamos, eu estou há sete anos dentro da Instituição e o que eu percebo durante esses sete anos é que a gente vem aos poucos, paulatinamente se apropriando, principalmente o corpo docente, o corpo de servidores, entender justamente quem são esses povos, onde estão, onde vivem, e tentar levar o que [...] o que nós começamos a fazer dentro do IFRR é levar o conhecimento principalmente pelos servidores, esse entendimento dessa especificidade. Então, falando de interculturalidade, falando dessa diversidade [...], em educação acho que há um bom tempo a gente já tem alcançado, mesmo que paulatinamente a gente vem trabalhando isso. [...] Mas nós alcançamos porque hoje, principalmente no Campus Amajari, as pessoas que trabalharam no Campus Amajari, elas já conseguem compreender melhor isso. Como é, como são os povos indígenas, como essa educação, essa diversidade, entendem melhor. Que esse é o primeiro processo. Porque quem vai trabalhar no processo formativo tem que ser formado primeiro. Eu vejo que essa inserção desse conhecimento começou pelos servidores. Eu acho que nós fizemos a coisa pelo lado correto. Porque [...] aí nós recebemos os alunos, que eles já vêm com vergonha de dizer que ele é indígena, de assumir a identidade dele, e se eu não tenho o profissional preparado para recebê-lo, para mostrar para ele que isso não é motivo de vergonha, que ser indígena não é motivo de vergonha, que existe toda essa diversidade, essa interculturalidade, a gente não conseguiria trabalhar. Então, eu acho que nós fizemos certo. O que a gente precisa melhorar é mesmo na parte formativa, no sentido de a gente poder possibilitar o acesso ao ensino da língua dentro da Instituição, dentro do Campus, para que eles possam estar tendo aulas de língua, talvez aulas de cultura. Porque a gente, a pouca carga horária que a gente trabalha isso eu considero pouca. Mas [...] eu vejo que, nós conseguimos e hoje não é [...] o que eu fico muito feliz, é que não sou eu por ser indígena ou sou só eu que falo de educação escolar indígena dentro do IFRR. As pessoas já falam sobre isso, as pessoas já entendem sobre isso e já falam com uma certa propriedade sobre isso, pela vivência, pelos estudos, pela experiência. Então [...] eu fico assim, nesse processo que a gente faz, todos os encontros pedagógicos, o processo formativo que nós fazemos, principalmente aqui no Campus Amajari, isso possibilita com que as pessoas conheçam quem são esses povos. E isso contribui muito para que a gente possa receber os alunos e fazer com que eles também se sintam acolhidos, se sintam parte dessa sociedade. Porque a sociedade em si, principalmente a sociedade roraimense, a inserção da educação escolar indígena, o reconhecimento da especificidade ainda não é bem aceito. Porque as pessoas consideram que isso seria um privilégio dos indígenas, e é o que a gente fala, não é privilégio dos indígenas é porque a gente foi buscar o direito, o reconhecimento desse direito e a gente conseguiu implementar esse direito. É claro que [...], se a gente for fazer uma análise mais profunda nas escolas indígenas, falar de escolas indígenas, a gente ainda tem muito que avançar? Tem. Tem porque o que nós pensávamos, o que a gente quer para educação escolar indígena ainda tem que melhorar muita coisa, mas [...] em se tratando de direito, de garantia de direito, de política pública, nós conseguimos no papel garantir isso. Claro que a implementação [...] falta muito apoio ainda, para as escolas indígenas, para trabalhar especificidade, para trabalhar conforme a realidade das Comunidades. Mas, no geral, o que que eu vejo? A inserção na sociedade, a inclusão na sociedade [...] Roraima ainda tem o resquício, muito, da demarcação das terras indígenas. Então isso é um fator que dificulta essa compreensão. Até eu digo essa aceitação, dessa inclusão dos indígenas, tanto na Universidade, quanto em outros espaços. Isso ainda é sim, a gente sente essa resistência, mas pelo processo histórico de demarcação de terras dentro do Estado de Roraima. É por isso que eu digo assim [...], eu estou dentro do IFRR, já consigo visualizar que as pessoas que antes, até eu cito um exemplo muito interessante de um aluno, que quando eu cheguei dentro da sala de aula, quando me falaram, olha tem uma pessoa aí, que ele, toda família dele saiu da Raposa Serra do Sol^[4]. Teve todo esse problema [...]. Eu não sei como é que ele vai lhe receber. As pessoas já falaram assim. Porque você foi uma liderança que trabalhou, fez campanha internacional. Porque para homologação da terra indígena eu fiz campanha internacional na Europa. Trabalhei muito nessa parte, desta campanha, aliás, fui até ameaçada de morte nesse período. Tive que passar muito tempo*

com segurança da Polícia Federal pelas ameaças de morte [...] e aí quando eu cheguei na sala e eu fui explicar, depois de algum tempo, no diálogo, e exemplificando o que que os povos indígenas, porque que a gente lutava pela terra indígena e nós nunca ameaçamos ninguém, nós nunca chegamos a praticar nenhum ato de violência contra as pessoas, ninguém perdeu nenhum familiar dizendo assim: não, foram os indígenas que fizeram isso. E eu fui explicar todos os motivos, todo o processo histórico. E [...] eu vi, o quê que eu vi? que as pessoas começaram a entender o nosso lado também. Porque a gente entende o outro lado, foram famílias, foram pessoas que perderam o que estavam ali, é todo um processo. A gente tinha consciência disso. Só que as pessoas nunca nos ouviram, o nosso lado, as pessoas diziam que a gente queria a terra e pronto, que era Organização Não Governamental (ONG), que era isso, nunca ouviram os indígenas falarem. E aí, foi muito interessante, que quando eu cheguei no IFRR, as primeiras turmas, eles me consideravam, poxa, a professora Pierlangela né? Era uma turma que eles me viam assim. O professor de história tinha passado a minha trajetória para eles e foi muito interessante que quando eu entrei na sala de aula pela primeira vez, eu me senti uma celebridade. Que os alunos achavam que era uma pessoa de outro planeta, muito distante. Mas é porque o professor mostrou toda minha trajetória que eu não costumo falar, em relação a isso pouca gente conhece, mas [...] dentro do IFRR, que eu digo assim, pouca gente conhece, mas o professor tinha estudado a minha trajetória e ele tinha falado para os alunos. E aí, quando eu entrei nessa outra turma, que tinha essa pessoa, eu digo depois de muita conversa, muita conversa. Eu vou lhe dizer, hoje a pessoa trabalha lá dentro, e a pessoa chega para mim e diz assim, professora agora eu entendo tudo que a senhora falava. E precisa ver os olhos que brilham quando diz, professora a gente pode ajudar assim, professora, eu estou ajudando dessa forma, estou fazendo isso, estou fazendo aquilo. [...] Depois de muita conversa, e as pessoas, todo mundo dizendo, ele vai ser muito resistente a você. Eu falei vamos ver, vamos dialogar. E foi uma experiência que eu digo assim quando as pessoas começam a ouvir o outro lado, o diálogo, a outra versão, ela começa a entender que nós também somos pessoas, nós também temos direitos. Então, o que eu vejo na sociedade, e que essa falta de a gente ter essa voz, das pessoas poderem ouvir, dificulta esse entendimento, essa inclusão dentro da sociedade, dentro dos espaços mesmo, mas aos poucos a gente vai se fazendo entender e aqui ali a gente vai conquistando os espaços.

(E): No que diz respeito a educação escolar indígena, as bases legislativas atuais de nosso país são condizentes com as necessidades dos nossos alunos? Por quê?

(PCN): *Eu vou fazer em duas partes, primeiro especificamente as escolas indígenas. As escolas indígenas, hoje, legalmente elas são amparadas. Então podem trabalhar, podem trabalhar seu projeto político pedagógico, são reconhecidas como as escolas estaduais, os professores eles são categorias, são reconhecidos como categoria [...] professores indígenas. Apesar de não ter concurso público, já teve concurso público, mas atualmente não tem. Mas eu fui uma professora concursada num concurso específico para professor indígena em Roraima. É uma coisa que a gente também serviu de exemplo para todo o Brasil. A gente ajudou a discutir, até hoje [...], até hoje eu sempre levo essa contribuição do pessoal para discutir concurso público em outros estados, que já tem agora também. Então [...], de bases legais, a educação escolar indígena, ela está bem fortalecida. Agora [...], eu também atuo como colaboradora e assessora do Conselho Nacional de Educação (CNE) e dentro da Câmara temática que trata sobre povos tradicionais [...] e povos indígenas. O quê que se é discutido lá? Pelos Conselheiros [...]. E que esta [...], talvez só pós-pandemia vai estar sendo discutido isso. São as Diretrizes Operacionais. Os Conselheiros fizeram um estudo e a gente fez um estudo e [...] por quê? Porque hoje nós temos a legislação, elas estão vigentes, é um arcabouço jurídico riquíssimo para a educação escolar indígena. Porém, a operacionalização disso, pelos governos municipais, estaduais e federal, deixa muito a desejar. Então tem toda uma discussão sobre como vai ser esse sistema, se cria um sistema de educação escolar indígena, se não cria. A grande pauta hoje está para se discutir essa criação do Sistema Nacional próprio de Educação Escolar Indígena e [...] nesse sentido essas discussões macro, que a gente tem tido, que a gente tem o Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena, que também eu faço parte desse Fórum, nessa macro discussão, a primeira coisa que está em pauta hoje é isso, criar um sistema, Por que? Porque o regime de colaboração hoje dificulta [...] com que a legislação seja posta em prática. Porque há autonomia, dentro da colaboração [...]. Os Estados e municípios eles têm suas autonomias. Então esse regime de colaboração ele dificulta. E aí, quando as vezes você vai solicitar alguma coisa para escolas indígenas, de políticas*

públicas, “não isso aí é do município”, “isso aí é do Estado”. Então esse aí dificulta. E aí se criando esse sistema, a ideia é criar esse Sistema Nacional de Educação Escolar Indígena para poder centralizar e isso poder ser melhor executado. E [...] aí tem todo esse processo de construção. Tem [...] nós temos realmente uma legislação boa. Tanto para alunos quanto para professores. O segundo parêntese que eu queria fazer, é em relação a nossa situação enquanto Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal), nesse sentido, eu estou há sete anos no IFRR e vejo que se tem uma certa dificuldade de se entender o que é essa legislação específica. Então [...] dentro da Rede Federal, é difícil esse entendimento. E agora, eu como Diretora Geral, estou participando dos Fóruns, a nível Nacional. E aí eu percebo ainda muito mais um distanciamento dessa questão de entender né? Há uma discussão sobre a Educação do Campo. E Educação indígena não é Educação do Campo [...]. Há uma confusão muito [...]. São duas coisas totalmente diferentes. A Educação do Campo é uma coisa e a Educação Indígena é outra. A gente acabou se encontrando, alguns profissionais de alguns Campuses. Que trabalham com educação escolar indígena, e a gente fez um grupo e estamos trabalhando algumas temáticas. E aí eu vou tentar levar isso para a Rede Federal de uma forma mais forte. A gente tem sim outros Institutos trabalhando com a educação escolar indígena, inclusive o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), a pessoa que estava lá fez o comitê igual nós temos o Comitê de Educação Escolar Indígena, [...] como nós temos no IFRR [...] a partir do que a gente conversou. Eles fizeram lá, ela conseguiu criar o comitê lá em Rondônia. Aqui para nós aqui, eu sempre falo, foi um avanço, a gente só precisa melhorar o nosso, o que nós temos, porque [...] isso também dá uma base para que a gente possa implementar políticas específicas dentro do IFRR. E [...] alguns cursos específicos o IFAM também implantou, porque eles têm um Campus em São Gabriel da Cachoeira. Então assim eu fiz um levantamento da Rede Federal agora [...] para onde tinha os cursos e tudo mais para eu saber mais ou menos esses dados que é para gente dialogar um pouco e tentar começar a levantar dados para que a gente possa começar a trabalhar isso dentro da Rede Federal que eu vi que é uma necessidade [...] e acho que aqui, a partir da gente aqui, dessas outras experiências que já estão tendo vão ajudar a gente futuramente a colocar na pauta da Rede Federal.

(E): Como as tecnologias, de forma geral, podem auxiliar no processo de aprendizagem dos estudantes indígenas?

(PCN): Da educação escolar indígena com as tecnologias [...], o que eu vejo hoje, que nós, como IFRR [...], a gente, e agora nesse período pandêmico, eu já vou falar por parte de uma questão não do ensino, mas da extensão [...], a gente percebeu que a gente precisava, como Instituição, trabalhar na questão da segurança alimentar. Nós estamos em período pandêmico [...], a parte do ensino está sendo atendida, mas a gente percebeu, enquanto equipe discutindo, que a gente precisava [...], a gente está em trabalho remoto, mas [...] como é que a gente faria, como é que a gente entraria nessa parte de usar o que nós temos. Não só as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), mas dos próprios equipamentos que nós temos de produção aqui no Campus, e vamos utilizar isso para produzir, para ajudar quem quer produzir, vamos pensar na segurança alimentar. E quando [...], e aí estou me reportando mais essa parte de extensão mesmo [...], porque foi aí que a gente percebeu que a gente tem, nós temos aqui equipamentos que podem ajudar na produção das Comunidades, e que a gente poderia fazer esse trabalho. Então, no espaço que ia produzir uma roça pequena, dá para ampliar a roça e fazer uma produção maior, então [...] a gente está ajudando nessa parte. E também levando conhecimento na área da piscicultura, da criação de Tambaqui. Então são duas ações que a gente está fazendo. E aí [...] nós fomos demandados bastante [...] por causa dessa questão de segurança alimentar mesmo. E da formação, através da Educação a Distância (EaD), para os professores indígenas. Então foi a outra demanda que nós recebemos. E hoje no Campus Amajari a gente tem essa dificuldade de internet. E aí a gente trabalhar com essas ferramentas de tecnologia, de comunicação, de informação dificulta nesse sentido. Porque a primeira delas é a internet para atingir, abranger todo mundo, mas como a gente tem os colegas, a gente ainda consegue ofertar os cursos em EaD. Hoje é a única ferramenta que a gente ainda pode utilizar, no ensino. Então, dentro disso [...], os projetos estão sendo desenvolvidos de pesquisa, dentro do IFRR, continua os projetos que foram aprovados, mas vai pouquíssima gente desenvolver esses projetos porque o quantitativo é reduzido.

(E): Você poderia citar as tecnologias mais utilizadas e as que tem mostrado maior resultado no processo de aprendizagem dos estudantes?

(PCN): *Pela nossa experiência aqui, uma apostila é uma tecnologia[...]. Aqui, nós estamos[...], eu sempre falo, estamos ao contrário de tudo que as pessoas entendem de tecnologia, de TIC's. Nós estamos trabalhando material impresso, que é uma tecnologia, mas é uma tecnologia que as pessoas, às vezes, nem percebem como tecnologia. Até porque até o arco e flecha é uma tecnologia. Nós estávamos usando material impresso, e hoje, o que que nós fizemos [...], nós vamos sair do material impresso e com a entrega do notebook, que é uma tecnologia mais avançada, foi entregue esse notebook para os alunos para que eles possam ter acesso a outros instrumentos pedagógicos. Então [...], dentro do ensino, nós passamos dessa fase, que a gente só tinha o material impresso, e hoje nós estamos utilizando o notebook, porque o notebook vai fazer com que esse aluno tenha acesso a vídeos, vai fazer com que esse aluno tenha acesso a uma série de outros instrumentos que ele pode utilizar, de programas que ele pode utilizar para aprendizagem dele. Então [...] a gente dá um salto. Dá um salto por quê? Porque a gente ficou no material impresso. Que é um material estático, de compreensão mais estática, você passa para utilizar um notebook que é uma tecnologia que possibilita uma série [...], principalmente ao professor [...] utilizar outros meios, para que o aluno possa aprender aquele conteúdo. Então [...], eu considero isso um salto, para que a gente possa melhorar o processo de aprendizagem dos estudantes.*

(E): Em janeiro, você foi nomeada como Diretora do Campus Amajari do IFRR. Como está sendo a prática para a oferta das atividades não presenciais?

(PCN): *Desde o início eu era Diretora de Ensino, então, em 2020 quando entrou esse processo de pandemia [...], nós fizemos uma reunião [...] tanto da gestão quanto com os docentes [...] para nós tomarmos a decisão de que como nós iríamos fazer a partir daquele momento em que entrou em estado pandêmico. E aí pela realidade dos nossos alunos, nós hoje atendemos 8 municípios, nós temos estudantes em oito municípios. Então, a gente precisava fazer toda uma logística e estava em ascensão os casos [...] e pela falta de conhecimento, tanto nossa, quanto [...] a própria saúde, tudo, todas as orientações, e principalmente porque a gente tem a maioria de nossos alunos em terras indígenas, e veio todas as restrições também o acesso as Comunidades Indígenas, nós decidimos não iniciar nenhuma [...]. Nós fizemos um diagnóstico com os alunos. O resultado desse diagnóstico, foi que a maioria, não lembro agora porcentagem, a maioria dos nossos alunos não tinha acesso à internet, muito menos ter um celular ou notebook para ter acesso. Então, depois que nós fizemos esse diagnóstico com nossos estudantes, nós fizemos com todos eles para saber, inclusive muitos a gente nem tinha contato porque justamente não tinha internet [...]. Depois a gente foi em cada casa, descobrimos aonde estavam todos os nossos alunos. E isso [...], com esse diagnóstico, nós resolvemos não ofertar nenhuma atividade [...], até porque entrar no período pandêmico requereu dos professores uma nova forma de planejar e isso tanto da nossa equipe pedagógica [...], foi uma coisa nova para todo mundo, então estava todo mundo em processo de aprendizagem. E agora, o que vamos fazer? Era pergunta tanto para a gestão, quanto os professores, quanto para a equipe pedagógica que ia dar apoio. Então [...] a gente percebeu que não, a gente precisa dar parada, nós precisamos pensar, formatar como é que nós vamos [...], e isso em nível de Instituição mesmo, e quais orientações que a Instituição vai nos dar para gente seguir. Tanto Instituição, quanto MEC. E o que acontece? Nós ficamos nesse processo formativo e nessa preparação, aí nós percebemos que não íamos poder ofertar em EaD e a pandemia que a gente achava que ia terminar logo, que ia ser rápida [...]~, e que a pandemia não iria perdurar. O quê que aconteceu? Nós decidimos que íamos começar a oferta [...] e pelo nosso diagnóstico não tinha como utilizar nenhuma TIC's [...], aí nós decidimos, no Colegiado de professores, que a gente ia fazer as apostilas e entregar para os alunos. E aí foi o que foi feito. Então nós fizemos esse atendimento [...] desde agosto de 2020 até agora com entrega de apostilas aonde os professores elaboram junto com a equipe pedagógica e sob a orientação dos coordenadores, e os coordenadores de curso fazem a entrega dessas apostilas na residência de todos os estudantes. Inicialmente de agosto até dezembro eram somente as turmas do terceiro ano. A partir de janeiro, incluíram as turmas de primeiro e segundo ano. Então nós estamos nesse processo, os coordenadores eles circulam o Estado, esses oito municípios para fazer essas entregas. Inclusive, nós temos alunos Yekuanas, que lá só vai de avião e eles estão isolados na área, são dois alunos, que o material*

vai por avião e eles levam de avião [...]. A equipe da Saúde ajuda nessa colaboração e leva essas apostilas para eles. E lá, os professores de lá [...], da região, eles colocaram internet e aí também o material vai em Formato Portátil de Documento (PDF^[5]). Nosso atendimento [...], nesse contexto de pandemia, nós decidimos fazer dessa forma. Isso, hoje [...], e a gente sempre faz uma avaliação junto com o diretor de ensino e os coordenadores, talvez tenha sido a nossa melhor decisão porque a gente vê o número de evasão baixíssimo, porque a gente consegue ir até os alunos. Então a gente consegue ir na casa dos alunos, a gente consegue ter esse contato constante com os alunos, porque os coordenadores vão entregar, e depois vão pegar e fazer a entrega novamente. E [...] então, as dúvidas que os pais têm, todas as questões relacionadas aos estudantes, a gente acompanha nesse sentido. Então, claro [...], os coordenadores são as pessoas que estão aí [...], os professores produzindo as apostilas, o material [...] e os coordenadores em campo, entregando, tanto do ensino técnico, das turmas técnicas, quanto do superior. E aí agora, com a entrega de notebook, tá com um mês [...], acho que um mês aproximadamente, foi a entrega dos notebooks [...], agora os professores também já vão levar no pendrive todo material e deixar no notebook para os alunos. E aí aquele, que a gente sabe que tem estudantes que não tem energia na Comunidade, aí esse continua sendo entregue as apostilas.

(E): O que caracteriza o Campus como um ambiente educacional escolar indígena?

(PCN): *Primeiro [...], o quantitativo de estudantes, 60% dos nossos estudantes são indígenas [...], segundo [...] a atuação que nós temos na EaD e nos cursos de EaD, na oferta em EaD, em que a gente tem polos dentro das Comunidades indígenas, também [...] a nossa atuação como ações de extensão. E [...] dentro mesmo do IFRR, nós realizamos ações voltadas para os povos indígenas, apesar de serem poucas, mas a gente hoje já vê que algumas ações o pessoal já sabe que quando chegar no Amajari vai encontrar uma damurida [...], o pessoal quer ver o parixara, o pessoal sempre fala [...], eu acho que hoje já se conhece, já se tem um reconhecimento, principalmente dos nossos servidores que conhecem esse nosso trabalho. Então acho que já tem esse reconhecimento pelo trabalho que vem sendo feito pelas nossas equipes durante esse período, mesmo quem já foi embora daqui [...], já passa e já fala para o outro, eu vejo nas reuniões que quando a gente vai falar de alguma coisa as pessoas já conhecem. Por que? Porque já passou por aqui, conhece, então já em outros ambientes já fala.*

(E): No seu ponto de vista, precisamos revisitar algumas bases legislativas para tentar melhor estruturar o cenário indígena na educação brasileira, considerando o cenário pandêmico?

(PCN): *Sim. Nós temos que repensar. Hoje [...], praticamente nós como IFRR também [...], eu digo que nós estamos trabalhando igual as escolas indígenas, porque eles também estão entregando material impresso, da mesma forma. Quando a gente pensa nesse período pandêmico, os professores [...] eles têm [...], os professores das escolas indígenas, da educação escolar indígena [...], eles têm muito menos apoio que a gente. Nós temos um diferencial muito grande porque hoje [...] nós temos essa possibilidade de se deslocar até a comunidade e tudo mais, ter transporte. E os professores indígenas eles vão por conta própria. Fazem apostila deles, entregam lá, o pessoal tenta imprimir [...]. Mas eles têm muita dificuldade para esse trabalho. Eu vejo assim [...] que na educação escolar indígena hoje [...], a gente como IFRR, nós estamos atendendo. Depois que a gente distribuiu o notebook pessoal elogiando muito, porque a gente entregou uma ferramenta que quase ninguém tem acesso [...] de estudantes, principalmente os que estudam no interior. Uma dificuldade do aluno ter acesso ao notebook, e que para gente seria uma coisa bem [...], para educação, seria superável mas [...] a gente sabe que para o nosso público é uma coisa que parece assim [...], uma coisa de outro mundo, uma Instituição está entregando notebook. Agora você imagina as escolas que não tem acesso, que não tem [...], os alunos que não tem. Então assim [...], em relação a isso acho que precisa avançar muita coisa nesse período pandêmico. O que tem se discutido muito é essa questão do apoio mesmo para execução dessas atividades, de uma forma que garanta a segurança. Hoje muitos dos indígenas já estão vacinados, mas a gente sabe que a vacina não é 100%. Então [...] eles precisam também de Equipamentos de proteção individual (EPI's) para trabalhar, essa coisa toda [...] que nós aqui no IFRR nós temos essa facilidade de ter. Então nós estamos bem mais amparados do que as escolas estaduais.*

(E): Sabemos que alguns fatores poderão ficar no cenário educacional, principalmente no que se refere a questão totalmente presencial e as relações humanas. Neste sentido, se você tivesse o poder de organizar uma

base formativa nacional no que se refere à prática do docente da educação escolar indígena, quais alicerces não poderiam faltar?

(PCN): *Hoje [...], essa questão está sendo discutida com a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em pleno período de pandemia [...] com a nova BNCC e a questão formativa dos professores [...] está sendo [...], e eu tenho conversado com alguns professores, até porque eles têm pedido de socorro nesse sentido, professora e agora? O quê que nós vamos fazer? O quê que eu faço? E [...] eu tava lendo as Diretrizes Curriculares nesse tempo agora, porque a gente pretende promover [...], e assim é provocada pelos próprios professores indígenas, porque eles estão pedindo, da região aqui do Amajari [...], essa questão da formação interdisciplinar. Então [...] na base formativa do professor indígena hoje, com a BNCC, veio a realidade de que o professor ele é formado por áreas e agora ele precisa trabalhar interdisciplinar. Então [...], nessa base que é o próprio relato dos professores, das dificuldades que eles estão tendo. É justamente que eu vejo que eles colocam [...], professora, eu sou formado em física, aí eu vou dar aula de matemática e de química, aí como eu vou dar essa aula? [...], atendendo a BNCC. Esse conjunto, que foi um processo formativo, que eu vejo que quando eu estive no Instituto Insikiran, isso me deu essa base formativa que eu estudei em Ciências Sociais. Então eu posso dar aula de antropologia, de sociologia, de geografia e história. Eu tive [...], e o meu mestrado também foi interdisciplinar. Dentro dessa base que eu falo, essa formação interdisciplinar, ela serviu muito para hoje, o que eu consigo visualizar de educação escolar indígena. Coisa que na formação de professores indígenas, ela tem, mas quando era a execução, não tinha, então não se criou esse link. Então hoje tem que retomar essa questão da interdisciplinaridade. Pensando uma base referencial para formação de professores indígenas, hoje, em contexto pandêmico [...] e pelas realidades que eu percebo no País, não é a formação [...] que vem sendo colocada, construída hoje. Ela não é a mesma que está sendo colocada para os outros professores da rede pública. Por quê? [...] Porque justamente a gente percebe que hoje as pessoas dizem, [...] o professor hoje, ele tem que ser formar. Aliás, ele tem que ter uma base dessas novas tecnologias. Como ele vai aplicar sua metodologia usando as tecnologias de informação e comunicação. E aí vai [...], eu digo assim, é até irônico a gente falar isso, mas [...] até para o Campus Amajari isso não se aplica. Porque por mais que eu estude e venha aprender, que eu posso, como instrumento que eu posso utilizar o Classroom, tem tantos outros programas aí [...], todas essas ferramentas, quando eu fui fazer o meu planejamento eu sabia que não podia utilizar nada daquilo. Então, o que eu vejo hoje, é que, por exemplo, o Campus Amajari se compara a mesma questão das escolas indígenas. Pensando em período pandêmico e com essas novas inovações [...], a não ser que a gente tivesse um investimento pesado em internet dentro das Comunidades indígenas e [...] implantação de laboratórios e o pessoal ter acesso a ter um laboratório de informática, os estudantes. Por quê? O que muda em tudo isso? Praticamente não mudou para frente [...] para a gente, entendeu? Mudou para trás. Porque a gente não utilizava apostila. Eu vejo sim, nós não utilizávamos apostila. Eu digo assim, da nossa experiência no Campus Amajari, pouquíssimos os que utilizavam apostila, fazia a apostila, já tinha apostila pronta. Nas escolas indígenas a mesma coisa, ninguém produzia material escrito, se trabalhava com o livro didático e tudo mais. Então [...], é difícil pensar nesse sentido dentro da educação escolar indígena, dentro de uma formação, tanto para a educação escolar indígena [...], essa mudança para frente no sentido de uso de tecnologias [...], haja vista que a gente não tem esse investimento. Agora ao mesmo tempo é cobrado, eu vejo que é o grande desafio dos professores, é cobrado essa aprendizagem do aluno. Aí [...], mais uma vez também, é uma questão que eu digo que ela não tem hoje como mensurar essa aprendizagem. Acho que precisa de estudos ainda, talvez dentro do próprio Estado, e das escolas indígenas. Então, em um ano de pandemia, tanto para nós [...], eu incluo assim, porque nós trabalhamos igual as escolas indígenas, para nós [...] há essa dificuldade para a gente pensar essas novas tecnologias com essas novas metodologias. Eu acho que o nosso pensar e o nosso repensar ficou mais voltado no sentido de mandar o material impresso, estar em um processo impessoal muito mais distante do aluno do que a gente estava antes. Então [...] a gente perdeu algumas coisas que eu acho que nós vamos ter que reconstruir isso e talvez não seja na formação, no sentido de ter nova formação, eu acho que é no sentido mesmo estrutural [...] das questões, por isso que é difícil pensar em uma base, algo assim que os professores possam vir a fazer. Porque [...] a gente tem essa [...], eu digo assim, acho que é uma limitação. Nós vamos ter, uma limitação. Uma coisa é eu estar em uma escola onde o aluno, todos os alunos têm acesso à internet.*

Então a minha formação precisaria estar voltado para essas novas metodologias, o uso dessas novas tecnologias. Mas e aí? Quando eu não tenho isso. [...] Fica ainda muito em dúvida. O quê que nós temos mesmo, o que a gente vai precisar? Eu não teria uma resposta assim para essa pergunta.

REFERÊNCIAS

- Brasil. (2015). *Decreto nº 8.593, de 17 de dezembro de 2015* (Dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista - CNPI e dá outras providências). Presidência da República. Casa Civil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/D8593.htm
- Burckhart, T. R. (2019). *Direitos Indígenas e Jurisdição Constitucional: uma análise crítica do caso Raposa Serra do Sol*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215285>
- Silva, N. C. S. (2019). Conhecer a história e o modo de vida dos povos indígenas de Roraima: etnias Macuxi e Wapichana. *Casa de Makunaima*, 2(3), 91-103. <https://doi.org/10.24979/makunaima.v2i3.444>

NOTAS

- [1] Órgão colegiado de caráter consultivo responsável pela elaboração, acompanhamento e implementação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas (Brasil, 2015).
- [2] A entrevista foi realizada em Boa Vista-RR, no dia 8 de maio de 2021.
- [3] Falar sobre os povos Macuxi e Wapichana é muito difícil, pois são poucas as referências atuais que destacam a cultura e costumes que caracterizam essas etnias (Silva, 2019).
- [4] Em 2009, o STF proferiu acórdão neste caso reconhecendo a constitucionalidade do modelo de demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, tendo julgado improcedente o pedido da ação popular (Burckhart, 2019).
- [5] Portable Document Format.

ENLACE ALTERNATIVO

<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/39863> (pdf)